

Relatório do Seminário
Tecnologia Social, Incubação de
Empreendimentos Solidários
e Políticas Públicas

Rio de Janeiro, 8 e 9 de novembro de 2007

Apresentação

Esse documento sistematiza os principais pontos das exposições* e dos debates realizados no Seminário “Tecnologia Social, Incubação de Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas”, ocorrido nos dias 8 e 9 de novembro de 2007 no Rio de Janeiro.

O seminário, promovido pela FASE (Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional) e pela RTS (Rede de Tecnologias Sociais), com o apoio da FINEP, do MDS e da CAIXA, contou com a participação de representantes de organizações ligadas à RTS, da SENAES, do FBES, de instituições e programas estaduais e municipais de fomento à economia solidária, de incubadoras universitárias e públicas e de estudiosos dos temas da Tecnologia Social e da Economia Solidária.

Os principais objetivos do seminário foram:

- i) Permitir um intercâmbio de idéias entre pessoas e instituições de diversas naturezas envolvidas com as questões da Tecnologia Social e da Economia Solidária.
- ii) Fornecer subsídios conceituais, analíticos e informativos para o processo de acompanhamento e avaliação dos projetos de reaplicação da metodologia de incubação de empreendimentos solidários, que vem sendo realizado pela FASE em colaboração com o Comitê Coordenador da RTS, desde o início de 2007.

O relatório está estruturado a partir dos três eixos temáticos que agregam as intervenções ocorridas no seminário. São eles:

- Tecnologia Social e Economia Solidária
- Economia Solidária e Desenvolvimento Local
- Incubação de Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas

* A versão integral das apresentações exibidas no seminário está disponível no site *Tecnologia Social e Incubação de Empreendimentos Solidários* (<http://www.incubadoras-ts.org.br>).

1 – Tecnologia Social e Economia Solidária

As intervenções ocorridas no seminário em torno desse eixo temático envolveram dois aspectos básicos. O primeiro, de caráter analítico-conceitual, abordou a relação entre a tecnologia social e a economia solidária, bem como o significado dessas duas categorias em um cenário marcado pela crise e redefinição de paradigmas políticos, econômicos e culturais. O segundo relacionou-se com a formação e atuação da RTS e com a inserção da incubação de empreendimentos solidários no campo das tecnologias sociais.

1.1 – Marco Analítico-Conceitual

Em seu sentido amplo, a tecnologia pode ser entendida como um conjunto de informações, conhecimentos, métodos e técnicas utilizadas na produção de bens materiais e imateriais e serviços. No sistema capitalista, o desenvolvimento tecnológico esteve historicamente subordinado à satisfação das necessidades produtivas e reprodutivas do capital, especialmente das grandes corporações.

A tecnologia social subverte esse princípio, na medida em que busca contemplar não os imperativos dos setores hegemônicos, mas sim os interesses da grande maioria da população. Ao contrário da tecnologia convencional, intrinsecamente associada à manipulação dos consumidores e à criação de uma “obsolescência planejada”, a tecnologia social está direcionada para o desenvolvimento de bens de produção e consumo que tenham uma vida útil mais longa, adequem-se às reais necessidades de produtores e consumidores e sirvam à reprodução social como um todo.

É a partir desse ponto que é possível começar a perceber os vínculos entre Tecnologia Social e Economia Solidária, uma vez que o fortalecimento da economia solidária demanda o desenvolvimento de técnicas e insumos produtivos que sejam compatíveis com a limitada capacidade de investimento dos empreendimentos solidários e possam ser utilizados para a produção de bens e serviços acessíveis às camadas populares.

Outro importante vínculo entre tecnologia social e economia solidária relaciona-se com a questão da organização do trabalho. Se considerarmos que a tecnologia encontra-se intimamente ligada às relações sociais e produtivas, que determinam as formas concretas de organização do trabalho, é fácil perceber que os empreendimentos solidários, baseados na auto-gestão coletiva do processo de trabalho (em tudo distinta da gestão heterônoma inerente às formas de produção capitalistas), necessitam de uma tecnologia qualitativamente distinta da utilizada pelas empresas capitalistas.

Um terceiro vínculo a ser ressaltado refere-se ao fato de que tanto a tecnologia social quanto a economia solidária objetivam a redução das desigualdades sociais e a repartição mais equitativa do poder político e econômico.

Embora tenha havido um amplo consenso entre os participantes acerca dos pontos resumidos acima, foi possível constatar a existência de visões diferenciadas acerca das estratégias de implementação da tecnologia social e da economia solidária no Brasil.

De acordo com uma das visões, a tecnologia social e a economia solidária têm assumido no Brasil (assim como em outros países latino-americanos) uma dimensão excessivamente residual e secundária frente às políticas econômica e científico-tecnológica dominantes. De acordo com essa visão, a tecnologia social e a economia solidária, na forma em que vêm sendo implementadas, funcionariam como uma “gambiarra”, ou seja como uma medida paliativa, capaz de amortecer pressões e conflitos sociais, mas insuficiente para provocar mudanças significativas nas estruturas produtiva e social. Os objetivos perseguidos pela tecnologia social e pela economia solidária só poderiam ser alcançados na medida em que estas se tornassem o “motor de desenvolvimento” do país e passassem a determinar a conformação das políticas públicas nas áreas social, trabalhista, econômica, educacional e científico-tecnológica.

Essa visão foi contestada por alguns participantes do seminário, a partir centralmente de três argumentos. O primeiro é de que ela refletiria uma narrativa totalizante, enquanto que a sociedade contemporânea é caracterizada pela fluidez, pela fragmentação e pela pluralidade. A segunda é de que ela reproduziria, em outro patamar, o velho debate entre “reformistas” e “revolucionários” que marcou os movimentos sociais no século XX. Essa discussão não faria contudo mais sentido, em um cenário no qual a disputa pela hegemonia político-ideológica vem sendo frequentemente substituída pela convivência (ora harmoniosa, ora conflitiva) de uma multiplicidade de correntes de pensamento e de práticas sociais. Por fim objetou-se que essa visão desconhecera (ou minimizaria) os avanços (limitados e parciais mas nem por isso inexpressivos) que vêm sendo alcançados nos campos da tecnologia social e da economia solidária e que tenderiam a ampliar-se em virtude das mudanças que vêm ocorrendo na sociedade brasileira.

1.2 – A RTS e a Incubação de Empreendimentos Solidários

A RTS – Rede de Tecnologias Sociais foi constituída em abril de 2005, tendo como propósito contribuir para o desenvolvimento sustentável, através da difusão e reaplicação em escala de Tecnologias Sociais, entendidas como *“produtos, técnicas e metodologias reaplicáveis, desenvolvidos em interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”*

Atualmente a RTS é formada por 515 instituições governamentais e não governamentais. A sua estrutura de governança compreende as seguintes instâncias:

- *Fórum Nacional*. Evento de caráter bienal, de caráter consultivo e propositivo, do qual participam todas as instituições participantes da Rede. Sua principal atribuição é a elaboração de propostas para atuação da RTS, a serem encaminhadas ao Comitê Coordenador.

- *Comitê Coordenador.* É a principal instância de direção da RTS, possuindo entre outras as seguintes atribuições: definir e coordenar o Plano de Ação da Rede e acompanhar sua execução; definir o orçamento da RTS e atuar no sentido de que as propostas da Rede estejam contempladas no planejamento e no orçamento de diversas instâncias governamentais e de parceiros; estimular, articular e monitorar as ações de desenvolvimento e reaplicação de tecnologias sociais realizadas pelos integrantes da Rede. O Comitê Coordenador é formado pelas Entidades Mantenedoras (CAIXA, FBB, FINEP, Petrobrás, SEBRAE, MCT, MDS e MI), por Redes de Articulação Social (ASA, ABONG, GTA e Instituto Ethos) e pelo Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das universidades públicas.
- *Secretaria Executiva.* É formada por 4 profissionais com dedicação exclusiva e tem as funções de prestar apoio administrativo e operacional ao Comitê Coordenador e de acompanhar e dinamizar as atividades da Rede.

Em 2005, a RTS, através da FINEP, do MDS e da CAIXA lançou um edital para o apoio a iniciativas de reaplicação das metodologias de incubação de empreendimentos solidários. A inclusão dessas metodologias no campo da Tecnologia Social significa o reconhecimento dos avanços e do potencial de reaplicabilidade das experiências de incubação de empreendimentos solidários, que vêm sendo desenvolvidas em diversas universidades brasileiras desde 1995.

As 21 iniciativas selecionadas, distribuídas em 13 estados, possuem diferentes formatos institucionais e operam a partir de distintas matrizes conceituais e metodológicas, o que reforça a necessidade de articulação entre elas. Nesse sentido o projeto de acompanhamento, que vem sendo conduzido pela FASE em colaboração com o Comitê Coordenador da RTS pretende contribuir para a construção de espaços de articulação e intercâmbio entre essas iniciativas, além de ampliar a visibilidade das ações desenvolvidas nesse campo e permitir a sistematização dos resultados alcançados.

2 – Economia Solidária e Desenvolvimento Local

O tema do desenvolvimento local e de suas conexões com a economia solidária esteve presente em boa parte das exposições e dos debates ocorridos durante o seminário. Nesse sentido, esta seção do relatório busca sistematizar as intervenções realizadas em torno dessa interface temática.

2.1 – Elementos Conceituais

Em um sentido sistêmico, o conceito do desenvolvimento local associa-se ao entendimento de que as dinâmicas geradoras de exclusão e desigualdade social não podem ser desconstruídas pelo alto, mas demandam a articulação e a ação transformadora dos atores políticos, sociais e econômicos locais. Essa concepção subverte os fluxos de cima para baixo, que tradicionalmente marcaram os processos de desenvolvimento (especialmente nos países situados na periferia do sistema capitalista), na medida em que percebe os territórios como centralidades instauradoras de novas formas de organização social e produtiva.

Embora o termo “local” seja de uso mais freqüente, alguns estudiosos preferem associar essa nova concepção de gestão social ao termo “lugar”. Para esses, o local teria uma conotação meramente espacial, enquanto que o lugar é um princípio societário, vinculado a uma sociabilidade historicamente construída, a um imaginário coletivo e a tradições, crenças e costumes comunitários. Dessa forma, a absorção do conceito de “lugar” impediria que os processos de desenvolvimento, mesmo os de base local, levassem à destruição de práticas e culturas comunitárias.

Apesar dessas diferenças conceituais e/ou terminológicas, ambas as visões convergem no sentido de perceber a ênfase na territorialização dos mecanismos de geração e acesso ao poder, ao conhecimento e à renda como um elemento essencial na construção de um novo padrão de desenvolvimento, capaz de articular mobilização socioprodutiva, redução das desigualdades sociais, pluralidade política e cultural e preservação ambiental.

2.2 – Identidades e Sinergias

As relações entre economia solidária envolvem aspectos de identidade, complementaridade e potencialização recíproca.

A existência de identidades entre esses dois campos de intervenção revela-se já nos seus objetivos. Apesar das suas distintas esferas de atuação, tanto a economia solidária quanto o desenvolvimento local almejam a redefinição dos modos de produção e reprodução social, abrindo espaço para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, na qual seja possível uma relação harmônica entre desenvolvimento econômico, bem-estar social e defesa do meio ambiente.

No tocante à complementaridade, deve-se considerar, por um lado, que a constituição, consolidação e articulação de empreendimentos solidários é dificilmente concebível sem a existência de dinâmicas econômicas, políticas e sociais locais, que forneçam a base de sustentação dessas iniciativas. Por outro lado, os processos de desenvolvimento local, mesmo com forte participação social, tornam-se estéreis se não envolverem mudanças no tecido socioprodutivo, que permitam a emergência de formas de gestão compartilhada e socialmente inclusiva das atividades econômicas, traço essencial da economia solidária.

Nesse sentido pode-se afirmar que economia solidária e desenvolvimento local são duas faces de um mesmo processo de mobilização e transformação socioprodutiva, que tendem a reforçar-se mutuamente. Essa sinergia contudo não se produz automaticamente. Ela depende, para a sua construção, da intencionalidade e da atuação dos agentes envolvidos em ambos os campos de intervenção.

Por um lado, é necessário que os processos de desenvolvimento local não se limitem numa fase inicial (que, às vezes, prolonga-se por anos) a ações meramente superestruturais (como a criação de espaços de articulação socioinstitucional, a capacitação de agentes, a sensibilização sociopolítica, etc) mas envolvam, desde o primeiro momento, uma intervenção junto à base produtiva local, capaz de suscitar a geração de novas (e socialmente mais eqüitativas) formas de organização do trabalho, como é o caso dos empreendimentos solidários.

Por outro lado, é importante que o fomento à economia solidária não se restrinja ao apoio a alguns grupos isolados, mas envolva uma estratégia coletiva, centrada na criação de circuitos socioprodutivos mais amplos, que articulem-se territorialmente com redes políticas e sociais.

A sinergia entre economia solidária e desenvolvimento local ainda é uma questão pouco estudada e talvez ainda menos praticada. No entanto, já existe um acúmulo de experiências – numericamente reduzido mas qualitativamente significativo – que indica ser esse um caminho possível, além de necessário.

Uma das experiências de articulação entre economia solidária e desenvolvimento local foi apresentada durante o seminário. Trata-se do Projeto “Mercado-Escola” que vem sendo desenvolvido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP/USP).

O projeto tem origem no Programa “Oportunidade Solidária” da prefeitura municipal de São Paulo, que foi interrompido em 2005, após mudança na gestão municipal. A ITCP/USP com apoio de organizações locais, resolveu dar continuidade a essa iniciativa, passando a centrar a atuação em 3 áreas de baixa renda do município de São Paulo: as sub-regiões de Campo Limpo, M’Boi Mirim e Palheiros. Em uma fase inicial, o projeto envolveu a criação de um Banco de Trocas Solidária, que opera a partir de 3 vertentes: incubação de empreendimentos solidários, microcrédito e moedas sociais. Em um momento seguinte, foi construído em Campo Limpo, um Centro de Referência em Economia Solidária, gerido pelas próprias organizações comunitárias. Esse Centro

abriga cooperativas de produção e é utilizado para encontros e para a realização de cursos (inclusive a formação de agentes de desenvolvimento local).

Além dessa, outras experiências de articulação entre economia solidária e desenvolvimento local, citadas no seminário, foram o Banco Palmas em Fortaleza e a Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local, no Rio de Janeiro.

3 - Incubação de Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas

O processo de construção das incubadoras de empreendimentos solidários no Brasil iniciou-se com a fundação em 1995 da primeira incubadora universitária de cooperativas populares, a ITCP/COPPE-UFRJ. Nos últimos anos, graças aos esforços de professores e alunos de diversas universidades e ao apoio recebido (especialmente a partir de 2003) do PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas), esse processo tem se expandido consideravelmente. Atualmente existem cerca de 80 incubadoras universitárias de empreendimentos solidários ligadas ao PRONINC, além de outras que ainda não se vincularam ao programa.

O sucesso alcançado por essas iniciativas tem, por um lado, levado a sua expansão para além do âmbito universitário, com a sua reprodução por governos municipais e estaduais, ONGs, instituições de ensino técnico, etc e por outro tem contribuído para que a incubação de empreendimentos solidários assuma um crescente destaque no interior das políticas públicas de geração de trabalho e renda e de inclusão social.

3.1- Relato de experiências

Durante o seminário, foram feitas exposições de 4 programas públicos de fomento à economia solidária, todos envolvendo a incubação de empreendimentos, bem como de uma representante da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária, que congrega mais de 80 gestores de prefeituras municipais ou governos estaduais.

As experiências apresentadas foram as seguintes:

- i *Programa Estadual de Economia Solidária do Acre* – Iniciado no segundo semestre de 2007, o programa encontra-se ainda em fase de implantação. Seu objetivo é a incubação de EES (Empreendimentos Econômicos Solidários), através de um conjunto de ações articuladas, incluindo qualificação empreendedora, produtiva e gerencial; elaboração de projetos técnicos e planos de negócios; concessão de microcrédito produtivo orientado; certificação socioambiental; prospecção de mercado e apoio à comercialização. O planejamento do programa teve um caráter participativo, envolvendo a realização de Ouvidorias Públicas em diversas regiões do estado. O programa é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do Acre, mas a sua execução envolve também a participação de prefeituras municipais e de organizações da sociedade civil como o Fórum Estadual de Economia Solidária, a ACS Amazônia (entidade certificadora) e a Amazoncred (OSCIP de microcrédito). Na sua fase inicial, o programa tem como meta a incubação de 15 EES localizados em sete municípios do Acre e contará com apoio da Universidade Federal do Acre.
- ii *Programa Estadual de Economia Solidária da Bahia*. Criado em 2007, o programa articula um conjunto de ações de apoio ao fortalecimento da economia solidária no estado. As ações estão estruturadas nos seguintes eixos:

- Informação e Divulgação, que compreende ações de formação de empreendedores, capacitação de gestores públicos em economia solidária, promoção de eventos de divulgação da economia solidária e sistematização de informações sobre os EES na Bahia.
- Microfinanças Solidárias. Esse componente tem sido operado através de um programa pré-existente de microcrédito do governo da Bahia (Credbahia). A metodologia desse programa tem se mostrado, no entanto inadequada para o financiamento dos EES, uma vez que ele realiza apenas empréstimos individuais e não a grupos. Dessa forma, está em curso um debate em torno da reformulação desse programa ou da criação de um novo programa de microfinanciamento adequado às características dos EES
- Fomento à Economia Solidária, cujos principais focos de ação são o apoio aos empreendimentos da cadeia de reciclagem e àqueles surgidos a partir de empresas falidas, bem como a implementação de centros públicos de economia solidária.
- Incubadora Estadual de Economia Solidária, voltada para o apoio à formação e consolidação de novos EES.

O programa é coordenado pela Superintendência de Economia Solidária (órgão vinculado à Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda da Bahia) e possui um Comitê Propositivo, do qual participam representantes das Redes ITCP e UNITRABALHO, da Fundação Banco do Brasil, do Fórum de Cooperativas e do Fórum Baiano de Economia Solidária.

iii *PRODIPTES – Programa de Desenvolvimento de Incubadoras Públicas Tecnológicas de Empreendimentos Econômicos Solidários.* O programa surgiu de uma articulação entre a INCUBACOOOP da Universidade Federal Rural de Pernambuco e três prefeituras da Região Metropolitana do Recife: Paulista, Olinda e Recife. O objetivo do programa é a implantação de IPTTEES (Incubadoras Públicas Tecnológicas de Empreendimentos Econômicos Solidários) nesses três municípios, tendo como perspectiva a construção de uma Rede Metropolitana de IPTTEES. A estratégia a ser implementada envolve, entre outras atividades, a implantação da infra-estrutura das IPTTEES; a transferência da tecnologia de incubação desenvolvida pela INCUBACOOOP às equipes das IPTTEES, bem como a adequação dessa metodologia à realidade específica de cada município e a construção de um sistema integrado de monitoramento e avaliação. O planejamento do programa compreende três fases:

- Fase de Implantação, envolvendo a elaboração de diagnósticos socioeconômicos dos territórios, seleção e capacitação das equipes técnicas das IPTTEES e o estabelecimento de critérios e procedimentos para a seleção dos EES.
- Fase de Pré-Incubação, envolvendo a realização de diagnósticos dos EES selecionados, contemplando as seguintes dimensões: social, político-ideológica, econômica, tecnológica e organizacional.

- Fase de Incubação, incluindo a elaboração de planos estratégicos dos EES, a formalização jurídica dos empreendimentos, a capacitação técnica e gerencial dos empreendedores e a construção dos mecanismos de auto-gestão.
- iv *Programa Osasco Solidária*. Instituído através de lei municipal de dezembro de 2005, o programa tem como objetivo “apoiar e fomentar iniciativas de geração de trabalho e renda, através de novos modelos socioprodutivos e autogestionários ancorados nos valores da economia popular e solidária”. A principal instância operacional é a IEPS (Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários), que consiste em um espaço público destinado a apoiar a criação, organização e consolidação de EES no município. As ações implementadas pela IEPS envolvem, entre outras, a realização de cursos de gestão de empreendimentos solidários, assessoria multidisciplinar, realização de oficinas por segmento econômico e de experiências práticas de produção e comercialização. A IEPS conta com uma equipe técnica interdisciplinar, formada por profissionais de 12 áreas de conhecimento. O Programa Osasco Solidária é coordenado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão. Sua implementação conta com o apoio de outros órgãos públicos (das três esferas de governo) e de organizações e movimentos da sociedade civil.

3.2 – Potencialidades e Desafios

O surgimento de Incubadoras Públicas de EES, ligadas a governos estaduais ou municipais, constitui-se sem dúvida em um fator positivo para a disseminação e aumento das possibilidades de êxito das iniciativas no campo da economia solidária. Além de disporem (de uma forma geral) de maiores recursos financeiros e materiais, do que as incubadoras ligadas a universidades ou a ONGs, as incubadoras públicas, por estarem inseridas na estrutura estatal, possuem condições potencialmente mais favoráveis de articular ações intra-governamentais que contemplem as diferentes dimensões (educacional, econômica, jurídica, político-social, etc) envolvidas nos processos de incubação.

Por outro lado, as experiências de implantação das incubadoras públicas, apesar de recentes, vêm revelando a existência de alguns pontos críticos, que devem merecer uma atenção especial dos gestores e apoiadores dessas iniciativas.

Entre os aspectos críticos, mencionados no decorrer do seminário, incluem-se:

- Possibilidade de ingerências políticas, tanto no tocante à escolha das equipes técnicas, quanto na seleção das comunidades e dos empreendimentos atendidos.
- Inexistência (em alguns casos) de um quadro técnico fixo, levando a que os técnicos engajados nas incubadoras acumulem funções sem remuneração adicional.
- Morosidade na compra de equipamentos e na implantação das infra-estruturas das incubadoras devido, entre outros fatores, às normas licitatórias que regulamentam as compras públicas.

- Ausência ou debilidade da articulação entre as secretarias e outras instâncias dos governos estaduais ou municipais, o que, por um lado, dificulta a formação de equipes interdisciplinares e, por outro, inibe o desenvolvimento de ações intra-governamentais de suporte aos processos de incubação.

Naturalmente nem todos esses problemas afetam o conjunto das incubadoras públicas, mas encontram-se presentes, com graus e matizes diferenciadas, em boa parte delas. Dessa forma, o êxito dessas iniciativas irá depender em boa medida da adoção de estratégias capazes de superar ou minimizar essas dificuldades. Enquanto aspectos dessas estratégias podem ser mencionados:

- A criação de comitês gestores ou de acompanhamento das incubadoras públicas, que incluam representantes da sociedade civil e dos empreendimentos incubados, de forma a reduzir o risco de utilização política das incubadoras.
- A formação de equipes interdisciplinares e com dedicação exclusiva para as incubadoras.
- A adoção pelas incubadoras públicas de um status jurídico diferenciado da administração direta, de forma a permitir-lhes maior agilidade e flexibilidade operacional.
- A construção de mecanismos intra-governamentais, que implementem ações transversais nas diferentes dimensões envolvidas nos processos de incubação.

Outro ponto ressaltado no seminário refere-se às diferenças entre as incubadoras públicas e as incubadoras universitárias. Essas diferenças relacionam-se não só com os distintos contextos institucionais, mas também com a escala de operação. Enquanto serviço público, as incubadoras públicas não podem limitar sua atuação a um grupo reduzido de empreendimentos, mas devem estar preparadas (ao menos a médio prazo) para operar em uma escala que viabilize uma efetiva democratização do acesso às tecnologias necessárias à formação, viabilização e desenvolvimento dos EES. Por sua vez, essa escala só poderá ser alcançada na medida em que as incubadoras estejam integradas a outras vertentes de política pública.

Dito de outra forma, isto significa que as políticas públicas de fomento à economia solidária não podem limitar-se à criação e manutenção de incubadoras públicas de EES, mas devem articular uma ampla gama de políticas setoriais, nas áreas educacional, econômico-financeira, jurídico-institucional e político-social.

Entre os múltiplos aspectos que devem ser contemplados pelas políticas públicas de fomento à economia solidária, podem ser destacados os seguintes:

- Elaboração de um marco jurídico-institucional adequado à constituição e ao funcionamento das diversas modalidades de EES (cooperativas, associações, microempresas autogestionárias, etc)
- Realização de investimentos sociais para a construção e funcionamento de uma rede de suporte aos EES, formada por incubadoras (estatais e não estatais), instituições de

assessoria e capacitação técnico-gerencial, centros de referência em economia solidária, etc).

- Desenho e implementação de linhas e/ou programas de crédito, adequados à realidade e à dinâmica dos EES, em parceria com bancos públicos e privados, cooperativas de crédito e outras modalidades de IMFs (Instituições Microfinanceiras).
- Incentivo ao desenvolvimento de tecnologias produtivas adequadas às características dos EES.
- Apoio à formação de circuitos socioprodutivos e redes de comercialização, que ampliem a escala de operação e favoreçam a viabilização econômica dos EES.
- Articulação das ações de fomento à economia solidária com outros programas e políticas públicas nas áreas social, econômica e educacional.
- Construção de espaços públicos ampliados, com a participação da sociedade civil, que permitam uma gestão compartilhada e democrática das políticas públicas de fomento à economia solidária.

Anexo I

Programação da Oficina

Tecnologia Social, Incubação de Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas

Programação

08 de Novembro de 2007

9:30 às 10:00h

Abertura

Representantes do Comitê Coordenador da RTS e FASE

-Eugenius Kaszkurewicks – Diretor da FINEP

-Marcus Villarim - MDS/Comitê Coordenador da RTS

-José Domingos Vargas – Superintendente da Caixa Econômica Federal

-Alex Vargas - Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos/RJ

-Pedro Cunha Bocayuva - FASE

10:00h às 13:00h

1 - O marco conceitual da tecnologia social e a construção da RTS

-Rodrigo Fonseca - Área de Tecnologias para o Desenvolvimento Social da FINEP

-Henrique Novaes – Unicamp

-Larissa Barros – Secretária Executiva da RTS

-Moderador: Ricardo Mello - ABONG/Comitê Coordenador da RTS

13:00h às 14:00h - Almoço

14:00h às 16:00h

2 - Tecnologia social, organização do trabalho e dinâmicas territoriais

-Pedro Cunha Bocayuva - FASE

-Ana Clara Torres Ribeiro – LASTRO – IPPUR /UFRJ

-Moderador: Juarez de Paula - Sebrae Nacional/Comitê Coordenador da RTS

16:00h às 17:00h

3 – Incubadoras públicas: processos de institucionalização e integração de políticas voltadas para a inclusão produtiva

-Maria Augusta Vieira de Mello - Programa de Desenvolvimento de Incubadoras Públicas Tecnológicas de Empreendimentos Econômicos Solidários na Região Metropolitana do Recife

-Gonçalo Guimarães – ITCP/COPPE

-Sandra Praxedes – Coordenadora do Programa Osasco Solidário da Prefeitura Municipal de Osasco/SP

-Moderador: Marcus Villarim - MDS/Comitê Coordenador da RTS

18:00 h – Os resultados do Proninc e a difusão das metodologias de incubação de empreendimentos solidários / Lançamento das publicações do Projeto de Acompanhamento e Avaliação do Proninc

– Paul Singer - Secretaria Nacional de Economia Solidária

Livros:

- *Diagnóstico e Impactos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares*
- *Acompanhamento e avaliação do Proninc: relatórios dos seminários e oficinas*

Revista Proposta:

- **Economia Solidária e Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – n. 111**
- **Economia Solidária e Tecnologia Social – n. 112**

09 de Novembro de 2007

9:30h às 12:00h

4 – Economia Solidária, Tecnologias Sociais e Políticas Públicas

- Sandra Mishimura - Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária
- Alex Vargas - Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos/RJ
- José Leonídio – Coordenador de Projetos Sociais da ENSP/FIOCRUZ
- Danuza Lemos – Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do Governo Estadual do Acre
- Tatiana Araújo Reis - Secretaria do Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia (SESOL/SETRE-BA)
- Moderador: Paulo Magalhães – Caixa Econômica/RTS

12:00h às 13:40h - Almoço

14:00h às 17:00h

5 - Sociedade Civil, Incubadoras e Desenvolvimento Local

- Catia Jourdan – Incubadora Social do Instituto Gênese/PUC-RJ
- Daniel Tygel – Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- Sylvia Leser de Mello - Centro de Referência em Economia Solidária/USP
- Moderadora: Ana Paula Varanda – FASE

Anexo II

Lista de Participantes

	Nome	Instituição	Email	Telefone
1	Adolfo Breder	ACT - Academia da Cidadania e do Talento / Callmunity	adbreder@callmunity.com	(21)2290-5444
2	Alessandra A. da Silva	UERJ	alearner@yahoo.com.br	2775-1980
3	Alex P. Tavares	Caixa Econômica Federal	alex.tavares@caixa.gov.br	9768-0601
4	Alex Vargas	Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos/RJ	alexlbvargas@gmail.com	
5	Aline Mendonça	IBASE/CPP – UERJ	nocams@gmail.com	8144-4679
6	Amanda Pedrosa	Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários / UFF	amandap_p@yahoo.com.br	9605-3018
7	Ana Clara Torres Ribeiro	Lastro - IPPUR/UFRJ	ana_ribeiro@uol.com.br	
8	Ana Lucia Monteiro de Mattos	CEPREM - Centro de Cultura e Estudos Prentice Mulford	ceprem@ig.com.br	9673-2026
9	Ana Maria Carvalho	Centro Educacional Comunidade Agrícola de Higienópolis		
10	Ana Maria Lima	PMNI	mariasouzalima@gmail.com	8850-4115
11	Ana Paula B. Silva	Caixa Econômica Federal	anapbasilio@ig.com.br	8726-4888
12	Ana Paula Varanda	FASE	anapaula@fase.org.br	2536-7350
13	Anderson Oriente	FIOCRUZ		
14	Ângela Valle	Caixa Econômica Federal	angela.valle@caixa.gov.br	9989-2117
15	Antônio Ritto	UERJ	ritto@terra.com.br	9988-2488
16	Caio Marcio	RITS RTS	caio@rits.org.br	9806-4272
17	Cândida Maria Privado	Associação de Moradores do Conjunto CCPL/Benfica	cccplemacao@yahoo.com.br	(21) 3902-9068 / 9893-3436
18	Carina Augusto da Cruz	Incubadora da UFF/Bolsista de extensão	minapsiuff@yahoo.com.br	(21) 2719-9613
19	Carlos Alberto Amaral	FASE	cas.amaral@yahoo.com.br	(21) 8331-8966
20	Carlos Alberto F Oliveira	Grupo Alfazendo Cidade de Deus	alfazendo@ig.com.br	2445-0173 / 3432-3741
21	Carlos Alberto Franco da Costa	Incubadora UFAC	frannco@hotmail.com	(68)9201-6505
22	Carlos Sartor	FINEP		
23	Catia Jourdan	Incubadora Social do Instituto Gênesis/PUC-RJ		
24	Celina Souza	Caixa Econômica Federal	celinajunqueira@superig.com.br	
25	Chirley Vicente	ASESPE	asespe@yahoo.com.br	3888-8026
26	Cynthia M S Abrahão	ITCP/ UFPR	nika@ufpr.br nika610@yahoo.com.br	41 3310-2732
27	Clarice Cavalcante	DEVAS - Desenvolvimento de Projetos Comunitários	devas@devas.org.br	
28	Clovis Vaillant	Incubadora UNEMAT		

29	Daniel de Carvalho Soares	ITCP CEFET/RJ	dansoares3@hotmail.com	2566-30019716-3030
30	Daniel Tygel	Secretaria executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária	dtygel@fbes.org.br	
31	Daniela Metello	UFRJ	danielametello@yahoo.com.br	8272-2665
32	Danuza Lemos	Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do Acre	danuza.lemos@ac.gov.br	(68) 9984-9498
33	Dayse Valença	CAMPO	dayse@campo.org.br	2275-4037
34	Dejanira Augusto S. da Silva	FAFERJ	dejaniradeise@hotmail.com	21 3424-3613 21 9579-9574
35	Eliane Celene			21 8858-4635
36	Eliane Elene F. Vieira	Centro Social Cultural Plantas para Crescer RJ	elianeelene_12@yahoo.com.br	8858-4635
37	Eliane Gomes Barbosa	YUM	elianelyu@gmail.com	3511-3413 9922-4031
38	Eliane Lima	Centro Social e Cultural Tatiane Lima - Zona Oeste/Realengo	csc255@yahoo.com.br	(21)3336-2799
39	Elma Maria da Silva de Alleluia	Presidência Centro de Formação Profissional Alzira de Alleluia (Vidigal-RJ)	seralziradealeluia@yahoo.com.br	(21)2511-7622 / 9617-2838
40	Elza S. Silva	Caixa Econômica Federal	souzaelza@yahoo.com.br	9534-0548
41	Erbi Tiburcio dos Santos	CEPREM - Centro de Cultura e Estudos Prentice Mulford	ceprem@ig.com.br	2632-2766
42	Eugenius Kaskurewicz	FINEP	eugenius@finep.gov.br	2555-0592
43	Flávio Henrique Chedid	SOLTEC/UFRJ	flaviochedid@yahoo.com.br	8114-9856
44	Gabriel Antônio Atalla	PANGEA – Bahia	gabrielatalla@yahoo.com.br	(71)3461-7744 / (71)8893-0052
45	Gabriel Vasconcelos	Caixa Econômica Federal	gabriel.vasconcelos@caixa.gov.br	9418-6854
46	Gabriele Peruchi Morandini	ITCP-UNOCHAPECÓ	itcp@unochapeco.edu.br	(49)9977-4257
47	Gelson Albuquerque	FINEP	gelsonalbuquerque@yahoo.com.br	
48	Gilson Calixto	Fundação Banco do Brasil - Assessor Sênior	gcalixto@fbb.org.br	(61) 3310-1900 / (61) 9618-0459
49	Glenda Neves	Incubadora Social de Comunidades Instituto Gênesis – PUC-Rio	glendal@esp.puc-rio.br	(21) 3527-1383
50	Glória Beatriz	Prefeitura de Nova Iguaçu	biagomess@hotmail.com	2667-4016
51	Gonçalo Guimarães	ITCP/COPPE/UFRJ	goncalo@itcp.coppe.ufrj.br	2260-1383
52	Henrique Novaes	Unicamp	hetanov@yahoo.com.br	
53	Iara Regina S. Oliveira	Grupo Alfazendo Cidade de Deus	alfazendo@ig.com.br	2445-0173 3432-3741
54	Jaci Miranda Ferreira	Verdadeira Amizade	centrosocialcsva@yahoo.com.br	2667-5822
55	Jorge Carneiro	ABRARES	abrares@abrares.com.br	(21)2591-4105

56	José Domingos Vargas	Caixa Econômica Federal - Superintendente (Rio de Janeiro)		(61)3310-1918
57	Jose Leonídio	ENSP/Fiocruz	leonidio@ensp.fiocruz.br	
58	José Luís da Silva Soares	ONG CASASOL/Manguinhos	falecomls@gmail.com.br	
59	José Pedro Cabrera Cabral	ITES - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários de Xanxerê / SC	cabrera@unoescxxe.edu.br	(49)3441-7063
60	José Vieira	NETMA Consultoria		9197-4562
61	Juarez de Paula	Sebrae Nacional/Comitê Coordenador RTS		
62	Kátia Terezinha de Freitas Lacerda	Associação de Moradores e Amigos do Alto Smão/ Vila Isabel	ktiafreitas@yahoo.com.br	(21) 2254-0158
63	Kelly Cristina de Oliveira	Guardiões do Mar / São Gonçalo	silveirabispo@uol.com.br	(21) 2605-8016 Ramal 4
64	Lara Andrade	Superintendência de Economia Solidária / Secretaria do Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia (SESOL/SETRE-BA)	lara.andrade@setre.ba.gov.br	
65	Larissa Barros	Secretária Executiva da RTS	larissa@rts.org.br	
66	Leila Gomes	FASE	leilagomes696@hotmail.com	2536-7350
67	Leticia Pimentel	FASE	leticiap@fase.org.br	2536-7350
68	Luciane Ferrareto	MDS	luciane.ferrareto@mds.gov.br	(61)3433-1420
69	Luis Antunes da Penha	Coop. de Mulheres e Homens Trab. Autônomos do Est. RJ (São Conrado-Rocinha)	redes.rcs@hotmail.com	(21)3324-1331
70	Luiz Gonzaga Carvalho	FBB	luizgonzaga@fbb.gov.br	3310-9248
71	Marcela Teixeira Monteiro	Programa de Eng. Civil da COPPE-UFRJ	marcela@coc.ufrj.br	21-9362-4991/2711-6011 (casa)/2562-7200
72	Marcelo Almeida	SEASDH	marceloalmeida@yahoo.com.br	9129-4883
73	Marcelo da Silva Cardoso	Centro Integrado de Ação Social em Comunidades / Jacarezinho		
74	Marcio A. Carvalho	FINEP	mvicente@finep.gov.br	2555-0978
75	Marcos Villarim	Comitê Coordenador RTS / MDS		
76	Maria Augusta Amaral Vieira de Mello	Rede Metropolitana de Incubadoras do Recife- UFRPE	augusta_amaral@hotmail.com	(81)3320-6585 / (81)8712-2274
77	Maria Célia Ferreira	SENASP - Consultora Especialista Políticas Públicas de Segurança	mariceli30fenix@yahoo.com.br	(21)9806-9199 / (21)3087-1397

	dos Santos			
78	Maria da Glória F. Souza	Ação da Cidadania - Comitê Flamengo	gloriafs@globo.com	2265-9507
79	Maria da Graças Silveira Bispo	Guardiões do Mar / São Gonçalo	silveirabispo@uol.com.br	(21) 2605-8016 Ramal 4
80	Maria das Graças A. Fernandes	Caixa Econômica Federal		2202-4025
81	Maria Helena Jenkins B.Ferreira	Psicologa - Ex FIA	helenajenkins@ig.com.br	21 2201-4430
82	Maria Helena Reis de Souza	Caixa Econômica Federal		2549-2113
83	Maria Lucia Bley da Silveira	Caixa Econômica	luciabley@terra.com.br	(21)2513-4412 / (21)9909-6583
84	Maria Rosilda Pereira Azevedo	Centro Comunitário de Int. Social Maria nazaré	marose_ch@yahoo.com.br	
85	Maria Severa	Prefeitura de Nova Iguaçu	mariasevera@hotmail.com	9406-3677
86	Mariana Avelar	Caixa Econômica Federal	mavellar@gmail.com	2202-3933
87	Mauro Santos	FASE	msantos@fase.org.br	2536-7350
88	Meg Coelho Netto Galiza	Caixa Econômica Federal (Brasília)	meg.galiza@caixa.gov.br	(61)3206-8980
89	Natasha Ferreira Oliveira	UFRRJ/RJ – Programa de Economia Solidária de Nova Iguaçu	natashaf17@bol.com.br	3102-4975
90	Nivaldo Santos	ONG Divino Espírito Santo		
91	Patrícia Evangelista	ENSP/Fiocruz - Secr. Exec. Fórum do Mov. Social de Manguinhos	paty_criola@yahoo.com.br	(21)8125-1496
92	Patrícia França	FINEP	pfranca@finep.gov.br	2555-0806
93	Paul Singer	SENAES/TEM		
94	Paulo Magalhães	Caixa Econômica Federal/Comitê Coordenador da RTS		
95	Paulo Ricardo	PUC	paulolteixeira@gmail.com	7820-4906
96	Pedro Belga de Souza	Guardiões do Mar / São Gonçalo	silveirabispo@uol.com.br	(21) 2605-8016 Ramal 4
97	Pedro Cláudio Cunha Bocayuva	FASE	pcunha@fase.org.br	2536-7350
98	Regina Fátima Teixeira Silva	CEFET/RJ	regina_fatima@yahoo.com.br	(21) 94467967
99	Renata da Fonseca	UERJ		3335-2848
100	Ricardo Igreja	Pres IASEC-Belford Roxo	diretoria@iasecbr.org.br	2597-8885 ou 3276-4060

101	Ricardo Mello	ABONG/Comitê Coordenador RTS		
102	Robson Barbosa	NETMA Consultoria	netmaconsultoria@yahoo.com.br	21 9322.8989
103	Rodrigo Fonseca	FINEP	rffonseca@gmail.com	(21)2555-0330
104	Rosa Dulce Thomaz Cavalcanti	Fundação Bradesco - RJ (orientadora do Curso Técnico em Gestão)	rosadulce@ibest.com.br	(21)8821-1437
105	Rosa Maria Mendes	Fundação Bradesco - RJ	6287_rmendes@fundacaobradesco.org.br	2503-1664
106	Rosana Lobato	Capina	r-lobato@ig.com.br	2266-2739
107	Rosângela Barbosa	UERJ	rosangela@uerj.br	9604-4239
108	Rosângela de Jesus Bastos	Coop. de Mulheres e Homens Trab. Autônomos do Est. RJ (São Conrado-Rocinha)	tele vendas@redercs.com.br	(21)3324-1331
109	Rosângela Paris	CISAM - Centro de Integração Social Alan de Mello	rosangelasparis@hotmail.com	(21)9848-3348
110	Rosemary Gomes	FASE	rgomes@fase.org.br	2536-7350
111	Sandra Faé Praxedes	Programa de Economia Popular e Solidária - Coordenadora (Pref. Osasco)	sandra.praxedes@hotmail.com	(11)36531183 / (11)9622-3972
112	Sandra Frid	FINEP	sfrid@finep.gov.br	2555-0269
113	Sandra Jouan	PMNI	sandrajouan@gmail.com	3770-6080
114	Sandra Miguel Nogueira	Centro de Capacitação de Desenvolvimento Social / Madureira	sandrinhagrota@oi.com.br	8895-9578
115	Sandra Mishimura	Rede Gestores Públicos de Economia Solidária	economia.solidaria@londrina.pr.gov.br	(43)9944-0979
116	Serafim Jorge	DEVAS - Desenvolvimento de Projetos Comunitários	devas@devas.org.br	
117	Sergio Mello	SER ALZIRA DE ALELUIA	slmellone@yahoo.com.br	9138-5003
118	Silvia R. Almeida	Joinconsult – ACDDL	silviaregina@joinconsult.com.br	2518-6810
119	Solange Weiner	Secretaria Estado Trabalho	solangeweiner@trabalho.rj.gov.br	2299-6486
120	Suely da Silva Guimarães	ITCP-UNEB	sguimaraes@uneb.br	
121	Susana Iglesias webering	UFRRJ/RJ	susana.iglesias@bol.com.br	
122	Sylvia Leser Mello	Centro de Referência em Economia Solidária/USP	sldmello@usp.br	
123	Tânia Braga	PCNI-SEMCID	taniabraga@gmail.com	9528-8417
124	Tânia Cristina de Araújo	Associação de Moradores Pró-melhoramentos do Morro do Sossego / Madureira		
125	Tânia Cristina Teixeira	PUCMINAS/NUTRA/PROEX	taniacri@pucminas.br	
126	Targino A. Filho	Fórum Pró Reitores UFSCar	targino@ufscar.br	(16)9174-1429

127	Tatiana Araújo Reis	Superintendência de Economia Solidária / Secretaria do Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia (SESOL/SETRE-BA)	tatiana.reis@setre.ba.gov.br	(71)3115-3110
128	Telma Pires Nogueira	Mov. Mulheres Vitória Régia	vitoriaregia2004@yahoo.com.br	3406-4428 ou 8205-8714
129	Teodoro	FINEP		
130	Terezinha Jesus Pimenta	PACS	educ@pacs.org.br	2210-2124 / 8836-3143
131	Valdir Carvalho da Silva	Comitê Internacional da Escola de Prevenção Criminal de Minas	d_carvalho_2005@hotmail.com	(32) 3222-5320
132	Vera Lyra	Consórcio Intermunicipal do Jiquiriçá (Bahia)	veralyra@consorcio.org.br	(71)3355-0086
133	Vinicius Galdino	FINEP	vgaldino@finep.gov.br	
134	Zuzélia da Vitória Vianna	ITCP-UNEB	zvianna@uneb.br	
